

O mercado de trabalho do profissional da informação

um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004

André de Souza Pena

Helena Maria Tarchi Crivellari

Jorge Alexandre Barbosa Neves

Como citar: PENA, André de Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. O mercado de trabalho do profissional da informação: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004. *In:* FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 207-218. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-98176-17-8.p207-218>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

I INTRODUÇÃO

O trabalho tem o objetivo de destacar as principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho dos profissionais da informação, em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, ocorridos principalmente durante os anos noventa, comparando os anos de 1994 – apogeu do processo e 2004 – o momento atual [2]. Para tanto, utiliza-se a fonte de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), denominada Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que é tida como um verdadeiro censo do mercado formal de trabalho no Brasil, já que todos os estabelecimentos empregadores são obrigados a fornecer informações, a cada ano, sobre os seus empregados. Embora haja certa controvérsia em relação a quem é o profissional da informação (PI), para fins deste trabalho será considerado apenas o bibliotecário, conforme aponta a Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002, que especifica, na família ocupacional *profissionais da informação*, aquela composta pelos bacharéis em Biblioteconomia.

O artigo discute, inicialmente, elementos referentes ao mercado de trabalho e reestruturação produtiva, no Brasil. Em seguida apresenta-se o estudo empírico, com a demonstração de dados sobre o mercado de trabalho do PI, baseados na RAIS e, por último, as considerações finais.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO

O ponto de partida deste estudo são as questões relativas à reestruturação produtiva, implementada na década de 1990, quando “o Brasil e os demais países da América Latina introduziram um conjunto de reformas estruturais, que abarcaram abertura comercial, liberalização financeira, privatizações e, em alguns casos, alterações na legislação trabalhista” (RIBEIRO; JULIANO, 2005, p. 695). A década é caracterizada pela desestruturação do trabalho, pois apresenta elevação do desemprego, crescimento das formas precárias de inserção no mercado de trabalho – notadamente pela via do trabalho autônomo, assalariamento sem carteira assinada com destaque para o emprego doméstico (MENDONÇA, 2003).

Um fato bastante importante nos anos 1990s foi a implantação do Plano Real, que reavivou a economia.

A partir de julho de 1994, com a implementação da nova moeda, com o controle da inflação e com a retomada da expansão de crédito ao consumidor, a economia adentrou numa fase de recuperação econômica importante, mas que logo se reverteu (JANNUZZI; MATTOS 2001, p. 117).

A excessiva valorização do câmbio e a insistência em mantê-lo sobrevalorizado por mais de três anos, após a crise mexicana no final de

1994, aumentou a dívida externa e o custo da dívida interna, além das elevadas taxas de juros (JANNUZZI; MATTOS, 2001). Essa política resultou em enfraquecimento da economia e, por conseguinte, em menor crescimento se se compara com décadas anteriores.

Em número, o PIB da economia brasileira cresceu, em média, 2,3% ao ano entre 1990 e 2003. Essa taxa foi apenas ligeiramente superior à observada nos anos 80 (2,2%), a chamada 'década perdida', e muito inferior à média anual de crescimento verificada entre 1947 e 1979 (7,4%). A economia brasileira também cresceu menos, de 1990 a 2003, que a mundial (média de 2,7% ao ano) e que a dos países em desenvolvimento (4,8%) (FREITAS; BARBOSA, 2005, p. 47).

Vale ressaltar que não só o crescimento da economia seria necessário para a geração de empregos, como também "ter uma política nacional de empregos, políticas específicas que aumentassem a elasticidade do emprego em relação ao produto" (BATISTA JR, 1996, p. 45).

Na organização dos processos de trabalho aprofundam-se os modelos que buscam garantir a qualidade e redução dos custos de produção e, conseqüentemente, a busca de menores proteções trabalhistas.

A normalização e a padronização cresceram, fortemente, no processo de globalização da economia, com a difusão das normas ISO e dos programas de qualidade total, adotados pelas grandes empresas como meio de viabilizar o alcance dos padrões internacionais de estandardização (CRIVELLARI, 2001, p. 207).

A adoção de práticas oriundas do modelo japonês também gera mudanças significativas:

Os avanços do processo de reestruturação nas grandes empresas que operam no Brasil tenderam a se concentrar nas decisões sobre a reorganização da produção (*just in time*, controle estatístico de processo, *lay out*, logística, entre outros), na gestão dos recursos humanos (terceirização da mão-de-obra, incentivos monetários, entre outros) e na conduta empresarial (desverticalização da produção, focalização, lançamento de novos e diversificados produtos, entre outros). (POCHMANN, 2002, p. 93).

Percebe-se que as tecnologias da informação exercem papel essencial na estruturação e difusão destes modelos de organização do trabalho. Entretanto, segundo Davenport (2000), como só a tecnologia não basta, na era da informação, é necessário o envolvimento e comprometimento por parte dos empregados no intuito de compartilhar informações, além de favorecer um ambiente de geração de conhecimentos.

Conquanto baseado em “velhas concepções” (CRIVELLARI, 2001), difunde-se, no âmbito das grandes empresas também de origem japonesa, o modelo denominado “gestão do conhecimento”.

Ao focar o aspecto humano, a gestão do conhecimento pretende gerenciar aquilo que não pôde ser apropriado pela tecnologia, mantendo-se submerso no processo de trabalho, para além da transferência permitida pelas tecnologias da informação e pelos mecanismos já desenvolvidos de amplificação da comunicação (NEHMY; PAIM, 2003, p. 278).

Do ponto de vista do comportamento do mercado de trabalho, observa-se que “a partir da década de 90, o percentual de pessoas ocupadas absorvidas pela indústria de transformação reduziu-se, e intensificou-se a ampliação da importância do Terciário” (RIBEIRO; JULIANO, 2005, p. 697).

Nota-se, ainda, diminuição do emprego na indústria e na agricultura, leve redução do emprego na administração pública e crescimento significativo nos serviços privados. Todavia, observa-se que o crescimento no setor de serviços quase sempre vem acompanhado de uma precarização do trabalho.

O encolhimento do setor secundário e, por conseqüência, dos empregos regulares e regulamentados termina muitas vezes sendo substituído por ocupações no setor terciário, mas nem sempre na mesma quantidade, qualidade e remuneração dos empregos anteriores. (POCHMANN, 2002, p. 87).

Ainda sobre a questão do emprego é necessário caracterizar o papel do emprego público na composição do mercado de trabalho brasileiro. O emprego público é, freqüentemente, visto de forma pejorativa em decorrência de certos traços históricos que marcam o exercício do poder político no país, como o clientelismo, nepotismo etc. Argumento reforçado nos anos 1990 pela adoção de políticas neoliberais que apregoam a ausência do Estado e auto-regulação do mercado (BORGES, 2004). Todavia, o Brasil, nos anos 1990s, ocupava o 58º lugar no mundo em relação à participação do emprego público (BORGES, 2004).

Dados do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT, 2001) também mostram que a participação do emprego público ainda é pequena no Brasil, situando-se por volta de 11% enquanto países, como o México, apresentam um quarto dos empregados no setor público. Verifica-se que há a possibilidade de bastante crescimento na geração de empregos no setor público, mas que requer o estabelecimento de políticas de emprego por parte do Estado. “Se nós fossemos simplesmente cumprir a Constituição, que prevê creches para as crianças, escolas de boa qualidade, hospitais adequados, por exemplo, obviamente iriam crescer empregos nas

esferas de atuação do setor público e parcerias” (POCHMANN, 1996, p 146). O emprego público tem papel crucial nas economias, pois absorvendo parte significativa da população economicamente ativa, reduz as taxas de desempregos nos ciclos de estagnação da economia produtiva que afetam a indústria e os setores de serviços (SALM et al, 1996; BORGES, 2004).

3 ANÁLISE SETORIAL DO MERCADO DE TRABALHO INFORMACIONAL

Com relação à análise dos setores nos quais os PI atuam, percebe-se que eles estão presentes nos mais diversos setores da economia. No ano de 1994 é evidente a concentração dos profissionais na administração pública direta e autárquica, com 3.667 (37,49%) empregados. Ainda nesse mesmo ano nota-se que 26,29% do total estava na categoria outros/ ignorado (Tabela 1). Logo depois aparecem as atividades de serviços com 859 (8,78%) e ensino com 768 (7,85%) dos profissionais. Já em 2004, o emprego no setor de ensino aumenta significativamente, passando para 3.642 (30,07%). Isso em certa medida pode ser explicado pelo aumento substancial de instituições de ensino superior, que são requisitadas pelo Ministério da Educação, a contratar bibliotecários para gerenciar suas bibliotecas. Em seguida, vem o setor da administração pública direta e autárquica, mesmo com uma redução para 27% do total ainda permanece com um número significativo de profissionais, em razão da grande maioria das unidades de informação pertencerem a este setor.

Tabela 1 - Distribuição por setores de atividade da categoria de profissional da informação no Brasil, em 1994 e 2004.

SETORES / ANOS	1994	2004
Extrativa mineral	21	12
Indústria de produtos minerais não metálicos	5	14
Indústria metalúrgica	31	60
Indústria mecânica	14	137
Indústria do material elétrico e de comunicações	83	61
Indústria do material de transporte	8	70
Indústria da madeira e do mobiliário	4	6
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	78	157
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	11	63
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	94	279
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	22	8
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	35	49
Serviços industriais de utilidade pública	261	73
Construção civil	34	105
Comércio varejista	43	230
Comércio atacadista	22	138

Tabela 1 - Distribuição por setores de atividade da categoria de profissional da informação no Brasil, em 1994 e 2004. (continuação)

SETORES / ANOS	1994	2004
Instituições de crédito, seguros e capitalização	110	207
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviço técnico...	686	1.578
Transportes e comunicações	165	374
Serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	859	1.322
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	138	234
Ensino	768	3.642
Administração pública direta e autárquica	3.667	3.271
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	51	23
Outros / ignorado	2.571	0
Total	9.781	12.113

Fonte: RAIS/MTE.

Os estabelecimentos que mais empregam os PI são os com 1.000 ou mais empregados em primeiro, em segundo os com 500 a 999 e, em terceiro, aqueles com 250 a 499 empregados. Todavia, em comparação a 1994, no ano de 2004 as empresas que mais contrataram foram as com menos de 100 empregados, com destaque para aquelas com 20 a 49 empregados que contrataram 81,53% a mais em 2004, passando de 677 contratações em 1994, para 1.229 em 2004. Assim, estas empresas passaram a representar 10% do total de empregos desses profissionais. As empresas com 100 a 249 empregados mantiveram o percentual de 17% do total de empregos, no período analisado. Por outro lado, as chamadas empresas de grande porte [3], não obstante sejam as maiores empregadoras, reduziram as contratações em 2004, de 15% para 12% nos estabelecimentos de 500 a 999 empregados e naqueles com 1.000 ou mais empregados a redução foi de 5%, passando de 3.741 para 3.475 vínculos de emprego formal.

4 COMPOSIÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DO MERCADO DE TRABALHO

No tocante à composição jurídico-institucional do mercado de trabalho, os dados evidenciam o peso do setor público como o grande empregador dessa categoria profissional, principalmente no ano de 1994, no qual a representação do emprego público era de 5.218 (53%) vínculos (Gráfico 1). Entretanto, no ano de 2004, o setor público diminuiu sua participação para 4.719 (39%) vínculos, seguido de aumento do número de pessoas no setor privado, que passa de 3.896 (40%), em 1994, para 4.349 (36%). Por outro lado, o chamado terceiro setor desponta como um grande empregador no ano de 2004, com 3.035 (25%) dos vínculos

de trabalho desses profissionais. Vale destacar que os autônomos representam uma quantidade muito pequena, passando de 102 em 1994 para apenas 10 vínculos em 2004.

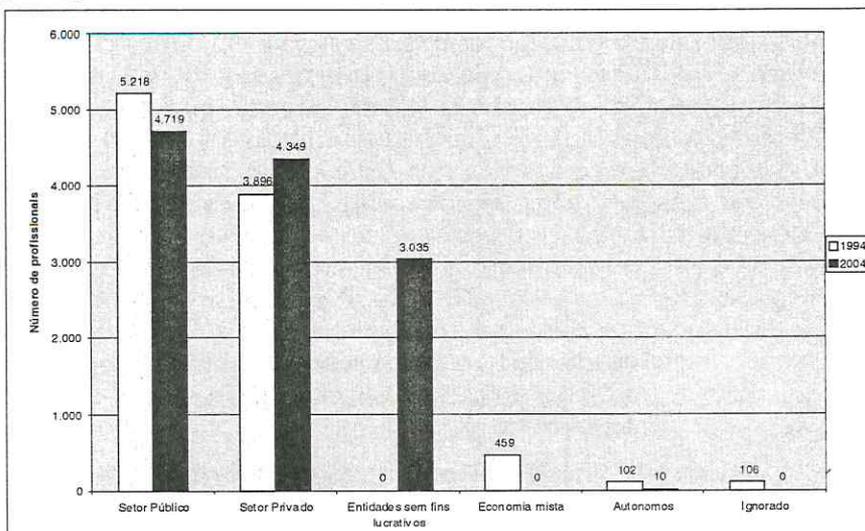


Gráfico 1 – Percentual de profissionais da informação pelo tamanho do estabelecimento empregador no Brasil em 1994 e 2004

Fonte: RAIS/MTE.

NOTA - Para efeito de comparação entre os setores público e privado, em 1994 foram agrupadas as seguintes categorias: público (fundação pública, empresa pública, órgão de direito público, autarquias e administração pública direta); privado (empresa privada, fundação privada e cartório). Já para 2004: público (setor público, federal e estadual e entidades empresariais estatais) e privado (entidades empresariais privadas).

5 PERFIL DOS VÍNCULOS DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

No que se refere ao vínculo empregatício do PI, fazem-se necessárias algumas considerações para a compreensão do seu mercado de trabalho. Uma primeira observação é quanto à duração dos empregos dos profissionais. A maioria permanece muito tempo no mesmo vínculo de trabalho, fato que se demonstra ao agruparem-se aqueles com 5 anos ou mais no mesmo vínculo, constatando-se que, no ano de 1994, esses indivíduos representavam 57% do total. Em 2004, se bem que esse montante se reduza para 49%, ainda assim é maioria. Um fato a ressaltar é um aumento no número de profissionais que permanecem entre 12 e 23,9 meses em um mesmo vínculo, essa faixa representa 12% dos vínculos em 2004, sendo a terceira forma mais comum de vínculo; enquanto em 1994 é de 8%, ocupando a quarta posição na duração dos vínculos.

Quanto ao tipo de admissão, nota-se que para o ano de 1994 não houve movimentação de 83,40% dos profissionais, ou seja, não foram admitidos, demitidos ou transferidos, permanecendo os profissionais no mesmo vínculo. Do restante, 11,02% foram admitidos em novos empregos e 4,58% em primeiro emprego, os demais estavam em outras categorias como não identificados, ignorados ou transferidos. Já no ano de 2004, houve uma redução no número de profissionais que não tiveram movimentação, com 81,86%. Em segundo lugar continuam aqueles admitidos com emprego anterior, que representam 13,82% do total de vínculos e em terceiro aparecem novamente, com ligeiro decréscimo, os admitidos em primeiro emprego que representavam 4,31%. Desses admitidos em primeiro emprego, de acordo com os dados disponíveis[4] do Censo da educação superior (BRASIL, 2006), têm-se anualmente, em média, 862 concluintes dos cursos de Biblioteconomia no Brasil. Assim, pode-se inferir que, do total de formados, mais de 50% conseguem inserir-se no mercado de trabalho, já que, em 1994, eram 448 e, em 2004, 510 PI com vínculo de primeiro emprego.

Uma característica importante é a quantidade de horas semanais que os profissionais trabalham. Nota-se que, no ano de 1994, 52,15% trabalha de 31 a 40 horas semanais, em seguida 25,26%, de 41 a 44 horas semanais. Nesse mesmo ano observa-se que 17,62% trabalha de 21 a 30 horas semanais. Já no ano de 2004, o número de profissionais que passaram a trabalhar de 41 a 44 horas aumentou bastante, a maioria, 44,99%, seguida por 43,34% que trabalha de 31 a 40 horas semanais. Já o número de pessoas que trabalhavam na faixa de 21 a 30 horas semanais diminuiu bastante representando no ano de 2004 apenas 8,45%. A partir desses dados percebe-se que, no período observado, os profissionais passaram a trabalhar mais e isso, em certa medida, demonstra piora na qualidade do emprego, o que se confirma, quando se comparam esses dados àqueles sobre as condições de salário, abordadas a seguir.

Efetivamente, no que se refere à renda dos profissionais da informação, constata-se que em 1994 a renda média estava em 9,37 salários mínimos (SM). Já no ano de 2004 a renda média cai para 9,25 salários mínimos. Em comparação com quatro outras profissões regulamentadas, cuja formação é também de 4 anos, observa-se que a renda média do PI, em 2004, supera a média dos assistentes sociais e jornalistas, cujos valores foram, respectivamente, de 6,93 e 7,83 salários mínimos. Por outro lado, nesse mesmo ano, a renda média do PI é inferior à dos sociólogos (9,57 SM) e dos estatísticos (11,46 SM). Entretanto, quando comparada à do conjunto de todas as ocupações, a renda média do PI é bem superior, tanto no ano de 1994 (5,90 SM) quanto em 2004 (3,90 SM). Assim, pode-se inferir que se comparada à do conjunto das ocupações e de algumas profissões de nível superior, a renda média do PI é razoável.

Retomando-se a relação de vínculos empregatícios, pode-se verificar que em 1994 houve prevalência quase absoluta da categoria profissional com contratos formais de trabalho, totalizando 97,69% da população observada. Destes, os com vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) somavam 5.394 (55,15%), logo em seguida vinham os servidores públicos com 4.161 (42,54%) dos vínculos. Os demais tipos de vínculos correspondiam a apenas 2,31% do total. Já no ano de 2004, houve crescimento no número de trabalhadores regidos pela CLT, que passaram para 8.361 (69,03%) dos vínculos; em segundo lugar, mantiveram-se os servidores públicos, havendo contudo uma significativa redução neste tipo de vínculo, passando para 3.491 (28,82%). Os outros 2,31% encontram-se nas demais categorias, cabendo destacar apenas o aumento do trabalho regido pela CLT por tempo determinado que triplicou nesse período. De uma maneira geral pode-se verificar que a maioria dos profissionais ainda se encontram protegidos pelos direitos trabalhistas assegurados pela CLT.

6 IDADE E SEXO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

Para a caracterização dos profissionais da informação analisa-se, a seguir, a idade e o sexo. Com relação à idade observa-se que ocorreu pouca mudança entre os dois períodos observados. Em 1994, cerca de 8.006 (81,85%) PI tinham mais que 30 anos. Já em 2004 o número de profissionais com mais de 30 anos é de 9.589, mas a proporção diminuiu para 79,16% do total de vínculos. Com relação à média de idade dos profissionais da informação, constata-se que era 38 anos em 1994 e 39 anos em 2004.

Em relação ao gênero, as mulheres apresentam-se como a maioria absoluta na classe dos profissionais da informação. Em 1994 representam 86,98% do total da categoria, mas em 2004 passam para 76,13%. O sexo masculino apresenta um significativo crescimento no período, passando de 13,02% em 1994 para 23,87% em 2004. Portanto, embora a profissão seja essencialmente feminina, nota-se que tem havido crescimento do número de profissionais do sexo masculino. Ainda com relação às diferenças de gênero, é oportuno observar que ao cruzá-la com a questão salarial tem-se, para o ano de 2004, que a renda média dos homens é de 11 SM e a das mulheres de 8 SM. Tal fato pode demonstrar a existência de certo preconceito no mercado de trabalho com relação às mulheres.

7 CONCLUSÃO

Diante dos dados levantados, conclui-se que, de maneira geral, no processo de reestruturação produtiva, a economia no Brasil não foi favorável à geração de emprego e à melhoria das condições de trabalho. No que tange aos profissionais da informação, o setor de grande destaque para a categoria é o educacional, devido à prevalência das unidades de informação nesse segmento. Cabe destacar que o setor público, ainda que não isento das medidas neoliberais de privatização, terceirização etc., mantém-se como um grande empregador, visto que o “conhecimento” no Brasil encontra-se nas instituições estatais (escolas, universidades, centros de pesquisas) onde a demanda pelos serviços dos profissionais da informação é maior. Nesse sentido, considera-se que a intervenção do Estado na economia é crucial para a manutenção do emprego do profissional da informação.

O drama da modernidade foi a separação entre o mercado e a sociedade. O mercado por si só não ‘faz sociedade’, ele não cria elo social, mas ao contrário, destrói-o. Funcionando na base da concorrência e da competição, entregue a si mesmo, ele reparte o mundo social entre os ganhadores e os perdedores, os integrados e os excluídos (CASTEL, 1998, p. 158, grifos nosso).

REFERÊNCIAS

BATISTA JR., Paulo Nogueira et al. Globalização e emprego. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 45, jul. 1996.

BORGES, Ângela Maria Carvalho. Reforma do estado, emprego público e a precarização do mercado de trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 255-266, maio/ago. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo da educação superior*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 7 ago. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações*. CBO 2002. Brasília, 2003. 1 CD-ROM.

CASTEL., Robert. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI, José Luís; LOURENÇO, Marta Skinner de; NORONHA, José Carvalho de (Org.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998. p. 147-171

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Relatório: a importância do setor público na geração de empregos. In: SUB-PROJETO IV: pesquisa e problematização de questões relevantes sobre o mundo do trabalho; Pesquisa: mercado de trabalho, políticas de emprego e renda, e o futuro do emprego no estado de São Paulo. Campinas: Fundação Economia de Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.observatorio.sp.gov.br>> . Acesso em: 13 set. 2005.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Gestão do conhecimento: novas ferramentas para velhas concepções. In: PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia. *Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 205-218.

DAVENPORT, Thomas. *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura, 2000.

FREITAS, Fábio N. P.; BARBOSA, Nelson. O emprego no Brasil entre 1990 e 2003. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 44-49, jun. 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Duas décadas de conjuntura econômica, de (des)emprego industrial e de inserção dos profissionais da informação no mercado de trabalho. *Transinformação*, Campinas, v.13, n.2, p. 111-129, jul./dez. 2001.

MENDONÇA, Sérgio E. A. Perspectivas do mercado de trabalho para os próximos anos. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, ano 8, n. 22, nov. 2003.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. Repensando a sociedade da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2002.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

POCHMANN, Márcio et al.. *Globalização e emprego*. *Novos Estudos Cebrap*, n. 45, jul. 1996.

RIBEIRO, Rosana; JULIANO, Adir A. Setor terciário no Brasil: análise do emprego e da desigualdade dos rendimentos do trabalho – 1992-01. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 695-724, 2005.

SALM, Cláudio; CAMARGO, José Márcio; POUCHMANN, Márcio; BATISTA JR., Paulo Nogueira; SINGER, Paul (debate). *Globalização e emprego*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 45, jul. 1996.

SEBRAE. *Estudos e Pesquisas*. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 07 ago. 2006.

NOTAS

¹ Trabalho com base na dissertação em andamento intitulada: A evolução do mercado de trabalho do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1985 a 2004, sob a orientação da Prof.(a) Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari e co-orientação do Prof. Dr. Jorge Alexandre Neves.

² Na dissertação referida na nota anterior, foi desenvolvido um amplo estudo, entre 1985 e 2004, comparando-se ano a ano a fim de analisar a evolução do mercado de trabalho dos profissionais da informação.

³ De acordo com SEBRAE as empresas podem ser classificadas pelo tamanho como: microempresas (até 19 empregados), de pequeno porte (20 a 99 empregados), de médio porte (100 a 499 empregados), de grande porte (acima de 499 empregados).

⁴ Os dados disponíveis são os dos censos da educação superior de 1999, 2001 e 2002 com, respectivamente, 702, 897 e 987 concluintes dos cursos de Biblioteconomia no Brasil.